

# Desenvolvimento Turístico e ordenamento do território em Média Montanha. As Políticas de Gestão e valorização de recursos nas serras da Cordilheira Central em Portugal

Gonçalo José Poeta Fernandes<sup>1</sup>

---

## Resumo:

As regiões de montanhas têm verificado uma crescente valorização, face aos recursos naturais e culturais que encerram, à percepção de integridade e autenticidade que lhes está associada, ao alargamento das práticas turísticas e expansão da oferta hoteleira. Estes espaços são alvos de atividades de recreio e lazer cada vez mais alargadas, o que implica novas formas de estruturação do território, aspecto pouco considerado no planeamento turístico e ambiental. Em Portugal não têm existido políticas de intervenção com especificidade territorial, bem como de orientações concertadas para o fomento do turismo e para o seu desenvolvimento em áreas de montanha. A avaliação do potencial turístico das serras da Cordilheira Central e as lógicas de gestão territorial produzidas pelas entidades administrativas integrantes constituem o centro de interesses deste estudo, procurando avaliar os fluxos que a região apresenta (com base nas estatísticas do turismo para a última década) e a percepção que os municípios detêm sobre a importância deste setor para o seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Montanha. Turismo. Políticas Públicas e Patrimônio.

## TOURISM DEVELOPMENT AND SPATIAL PLANNING IN MEDIUM MOUNTAINS. MANAGEMENT POLICIES AND RESOURCE RECOVERY IN THE MOUNTAINS OF THE CORDILLERA CENTRAL IN PORTUGAL

---

## Abstract:

The mountain regions have seen a growing appreciation as a result of their natural and cultural resources, the perception of integrity and authenticity associated with them, the extension of tourist practices and expansion of the hotel offer. These spaces are targeted by recreational and leisure activities more and more expanded, which implies new ways of structuring the territory, something usually ignored in tourism and environmental planning. In Portugal there have been no intervention policies with territorial specificity, as well as guidelines for the concerted promotion of tourism and its development in mountain areas. The assessment of potential for tourism in the mountains of the Cordillera Central and the logic of territorial administration produced by administrative members form the center of interest of this study, attempting to assess the flows that the region shows (based on tourism statistics for the last decade) and the perception that municipalities have about the importance of this sector for their development.

**Keywords:** Mountain. Tourism. Public Policy and Heritage.

## EL DESARROLLO DEL TURISMO Y LA ORDENACIÓN DEL TERRITORIO EN MEDIA MONTAÑA. POLÍTICAS DE GESTIÓN Y RECUPERACIÓN DE RECURSOS EN LAS MONTAÑAS DE LA CORDILLERA CENTRAL EN PORTUGAL

---

## Resumen:

Las regiones de montaña han visto un creciente reconocimiento, dados los recursos, naturales y culturales, que se cierran, la percepción de la integridad y la autenticidad asociada a ella, la extensión de las prácticas turísticas y la expansión de la oferta hotelera. Estos espacios son el objetivo de las actividades recreativas y de ocio cada vez más extendido, lo que implica nuevas formas

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia e Planeamento Regional, Investigador do e-Geo/FCSH-UNL e UDI/IPG, Professor na Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda. *E-mail:* gonalopoeta@ipg.pt

de estruturar el territorio, aspecto poco considerado en la planificación del turismo y del medio ambiente. En Portugal no ha habido políticas de intervención con especificidad territorial, así como directrices para la promoción concertada de turismo y su desarrollo en las zonas de montaña. La evaluación del potencial turístico de las montañas de la Cordillera Central y la lógica de la administración territorial producida por los miembros administrativos, son el centro de interés de este estudio, en un intento de evaluar los flujos que la región presenta (sobre la base de estadísticas de turismo en la última década) y la percepción que tienen los municipios sobre la importancia de este sector para su desarrollo.

**Palabras clave:** Montaña. Turismo. Políticas Públicas y Patrimonio.

## 1 INTRODUÇÃO

Os espaços de montanhas têm conhecido uma crescente valorização ecocultural e interesse turístico, face aos recursos que albergam e à percepção de integridade e autenticidade que lhe estão associadas. Em Portugal, as montanhas têm ficado afastadas de políticas de intervenção com especificidade territorial, bem como de orientações concertadas para o desenvolvimento do turismo. Os bens e funções que detêm vêm sendo procurados pelo setor turístico, gerando fluxos cada vez mais importantes e diversificados que procuram, de forma diferenciada ao longo do ano, usufruir das condições naturais, da cultura e tradição das montanhas.

Os destinos turísticos de montanha valorizam os seus recursos com o intuito de manter a sua identidade, promover as heranças culturais, conservar as condições ambientais e aumentar o seu perfil competitivo. O património, natural e cultural, destaca-se como recurso diferenciador destes territórios e elemento estratégico no desenho de novos produtos destinados a captar segmentos específicos da procura turística. Simultaneamente, fomenta a identidade coletiva das comunidades receptoras, reforça sentimentos de entreatajuda, cooperação e incentiva ações de conservação e uso sustentável.

A avaliação do potencial turístico das serras da Cordilheira Central e as lógicas de gestão territorial produzidas pelas entidades administrativas integrantes constituem o centro de interesses deste estudo, procurando avaliar os fluxos que a região apresenta (com base nas estatísticas do turismo para a última década) e a percepção que os municípios detêm sobre a importância deste setor para o seu desenvolvimento. Reconhecendo a fragilidade das áreas de montanha e a sua crescente procura, em virtude das “novas” atividades e motivações, torna-se necessário estabelecer orientações específicas de intervenção e

desenvolvimento do turismo de forma responsável e concertadas. Assim, urge criar linhas programáticas de ordenamento e gestão dos territórios de montanha, que considerem as diversas propostas/orientações dos espaços administrativos que integram, dos planos vigentes e das indicações comunitárias, constituindo por esta via bases estratégicas para a regulamentação do turismo e para a sua articulação valorativa com o meio. As tendências atuais de apoio e promoção do turismo estão a induzir uma valorização crescente destes espaços e do seu património, constituindo argumentos que sustentam novas procuras e se afirmam no contexto turístico nacional, com a emergência de novos segmentos de mercado.

## 2 OS TERRITÓRIOS DE MONTANHA, O VALOR ECOCULTURAL E O TURISMO

A organização social e económica das médias montanhas mediterrânicas tem-se desarticulado, especialmente a partir de meados do século passado, promovendo a reconfiguração económica e social, mas preservando muitas das suas identidades culturais e naturais que fomentam formas de apropriação turística, com motivações e recursos distintos ao longo do ano, promovendo, em simultâneo, o surgimento de novas funções e usos territoriais que implicam o equacionar de lógicas de gestão distintas das que têm prevalecido até a primeira década do século XXI. O turismo constitui um fator de revitalização, potenciando serviços que incrementam o bem-estar e valorizam os produtos existentes, fortalece a autoestima, valoriza as produções locais e estimula o empreendedorismo.

Os territórios de montanha apresentam especificidades que acentuam as características mais marcadas dos espaços rurais. Condicionamentos de ordem geográfica tendem a aumentar o isolamento e contribuem para o êxodo e envelhecimento da população. Transformações nos sistemas de produção dominantes, outrora associados essencialmente à agropecuária e à exploração florestal, colocam a questão da viabilidade e da sustentabilidade dos modelos existentes. (CAVACO, 2005, p.2).

Constata-se que o planeamento do turismo em espaços de montanha tem sido orientado em Portugal com base em critérios de limitação, mais do que impulso, em especial quando inseridos em área de proteção (Parques, Reservas ou Sítios). A importância das serras como espaços vocacionados para o turismo não está

devidamente desenvolvida, ficando a sua ação limitada aos critérios de proteção ambiental e paisagística, regulamentados pelas entidades responsáveis pela sua administração e ordenamento, nomeadamente através dos instrumentos de gestão territorial ou dos planos de ordenamento quando classificadas como áreas protegidas. Portugal não dispõe de uma política de turismo de montanha, mas apenas orientações de ordem técnica que equacionam o turismo como forma de dinamização e incremento económico e social destes espaços; pese embora o reconhecimento do seu grande potencial. Refira-se que a atividade turística constitui, na atualidade, um dos principais fatores de revitalização das áreas de montanha, fortalecida pela valorização dos recursos naturais, (re)descoberta do património cultural e modos de vida locais. Entre os atrativos destacam-se a qualidade ambiental, a diversidade de ecossistemas, a beleza cênica das suas paisagens, os recursos hídricos, florestais e morfológicos e o património cultural. Saliente-se que a preservação destes territórios produz, para além da salvaguarda do património natural e cultural, benefícios para as áreas adjacentes, em termos de qualidade paisagística, conservação da biodiversidade e proteção dos recursos e das funções ecológicas.

As montanhas são a encarnação da mais insólita beleza e fonte de inspiração, despertando nos povos, através dos tempos grandes pensamentos e majestosas acções na procura da excelência e eternidade. Mas hoje essas esplêndidas e frágeis montanhas estão submetidas a tensões incriveis. Aquecimento global, crescimento da população, exploração não sustentável dos recursos limitados, extinção progressiva de espécies animais e vegetais, contaminação de rotas e paragens e catástrofes de diversa ordem. A pobreza é omnipresente nas montanhas menos acessíveis. Devemos enfrentar estes problemas com um sentimento de urgência, para que a vida e a beleza natural possam seguir vibrando nos topos mais elevados, nos vales e zonas baixas (MURARI RAJ SHARMA, 2002).

A definição dos pilares de desenvolvimento e das prioridades de atuação é fundamental para o ordenamento e gestão destes espaços, que se revelam complexos face às características intrínsecas, às funções e às formas de percepção pelos atores locais. No estudo<sup>2</sup> de âmbito europeu promovido por Prince e Kim (1999), sobre o

<sup>2</sup> Estudo sobre o desenvolvimento sustentável das montanhas na Europa, com base num inquérito direcionado às organizações científicas, ONG's e funcionários administrativos de 30 países europeus.

desenvolvimento sustentável da montanha, verificou-se que as prioridades ecológicas sobrepujam-se às de carácter político e económico, embora fosse atribuída grande importância aos indicadores sociopolíticos relacionados com o incremento da ação participativa das comunidades locais e à formação e sensibilização em matéria de conservação e desenvolvimento.

A valorização ambiental e económica dos bens e serviços que o turismo em montanha proporciona às suas comunidades, atendendo às características dos ecossistemas e da estrutura física, constitui um desafio para o seu ordenamento e gestão. O reconhecimento dos recursos e funções destes territórios deverá fomentar apoios para compensar as populações locais, pelo sacrifício despendido, e minimizar os efeitos de competitividade económica, e mesmo social, com mercados regionais e tendencialmente mundiais, muitos deles massificados. Acresce, também, a necessidade de dispor de instrumentos financeiros que fomentem a criação de empresas apropriadas para o aproveitamento e valorização dos recursos da montanha, nomeadamente ligados ao sistema agro-silvo-pastoril e turismo.

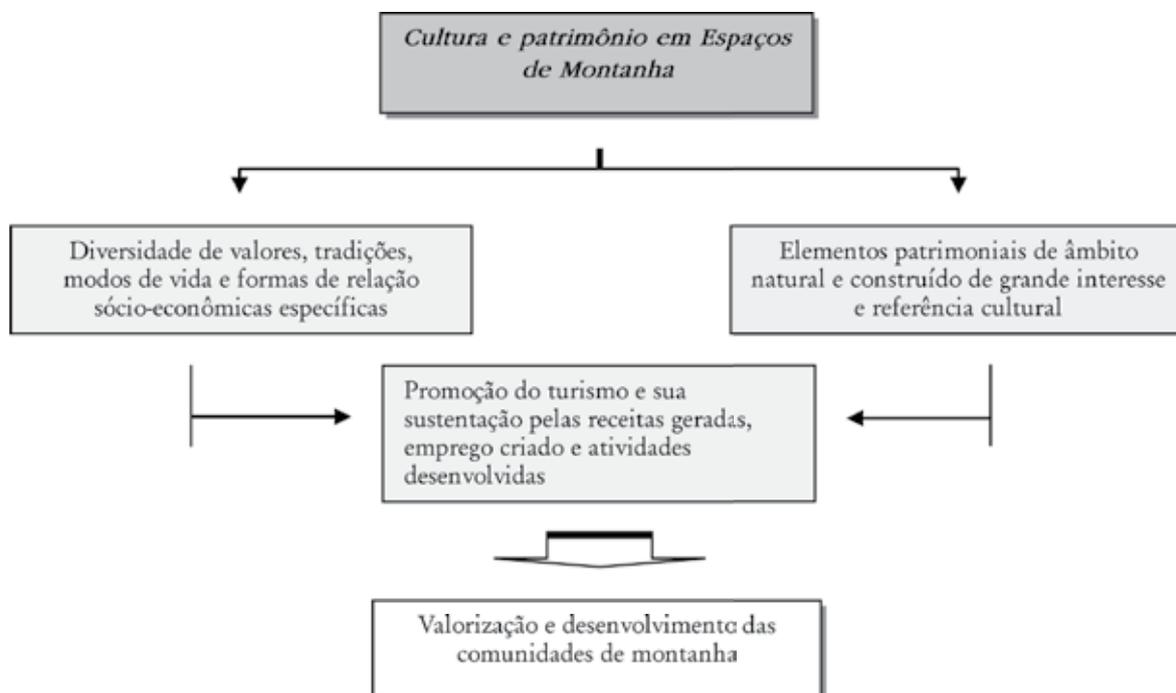
Registe-se que as atividades turísticas vêm fomentando o conhecimento mais profundo do património cultural, proporcionando a sua valorização, conservação e interpretação, e permitem a obtenção de receitas. O turismo poderá ainda promover e valorizar produções associadas ao sistema agro-silvo-pastoril, manifestações culturais e recuperação do edificado, possibilitando a fixação de população, geração de emprego e atividades complementares (Fig.1). Em Portugal os territórios de montanha têm permanecido relativamente esquecidos em termos de uma política específica e integrada. As intervenções têm-se circunscrito à preservação, com base em pressupostos ambientais, levando à classificação de muitas serras em áreas protegidas ou à sua delimitação como Reserva Ecológica nos instrumentos de planeamento de âmbito regional e municipal. A ausência de uma política de desenvolvimento tem contribuído para a perda de população e a ruptura do modelo produtivo destes territórios, pondo em causa equilíbrios ancestrais de uso e exploração.

Os problemas e debilidades, hoje reconhecidos, exigem uma intervenção adequada, articulando a coexistência de usos e funções, num cenário tendencialmente de mudança, devido ao papel ecológico, social e económico que as montanhas representam para as comunidades. Segundo o Comité Económico e Social (2003), o futuro das regiões de montanha é indissociável de uma política europeia específica que assente em três eixos de ação:

- compensação das desvantagens competitivas, face aos condicionalismos físicos permanentes destes territórios;
- Incremento de equipamentos e infraestruturas que atenuem as debilidades e estrangulamentos

existentes, com destaque para tecnologias de informação e comunicação;

- valorização da identidade e das potencialidades da montanha, traduzida numa imagem de integridade e qualidade dos seus recursos.



**Figura 1** – Elementos estruturantes da dimensão patrimonial da montanha

**Fonte:** Adaptado de Fernandes. (2008)

Neste sentido, os territórios de montanha requerem uma intervenção que lhes permita consolidar os seus usos e funções e assumirem-se, de forma plena e valorizada, como espaços de autenticidade e diversidade. As transformações experimentadas nestes espaços, especialmente no último meio século, conduziram a uma percepção diferenciada, com expectativas, protagonistas e problemas que originaram a reconfiguração das bases produtivas, organização social e paisagens. Muitas das suas atividades ficaram paradas no tempo, registando um afastamento dos modelos de *progresso* dos territórios adjacentes, sobretudo os de cariz urbano.

Na atualidade assistimos a uma revalorização geral da montanha, ao nível da sua imagem, processos produtivos e formas de uso, em virtude da emergência de um novo sistema social de valores, que premeia as qualidades naturais e culturais destes territórios. Estas mudanças de percepção, e mesmo de ocupação, levam a que estes espaços, antes isolados e hostis devido às imposições naturais, tenham hoje uma visão e apropriação distinta, em resultado do seu conhecimento e abertura ao exterior. O incremento da acessibilidade, a exploração dos recursos, a difusão dos valores ecoculturais, o alargamento

das atividades de recreio e lazer e o aumento dos fluxos de visitantes, têm contribuído para a sua revitalização como espaço de produção e consumo, refuncionalizando paisagens que tinham perdido a sua autenticidade. *As estratégias para o ordenamento da montanha, articulam-se em quatro componentes estruturais que visam a preservação, promoção, fomento e participação* (FERNANDES, 2008, p. 418.).

Assim, em termos de preservação, é necessário precisar as vocações, especificidades e potencialidades dos diversos territórios que compõem a montanha, de forma integrada e participativa, que permita, por um lado, a conservação e salvaguarda dos elementos de maior valor e identidade e, por outro, desenvolver ações de gestão e ordenamento articuladas em função das especificidades locais e suas potencialidades.

Em termos promocionais, a montanha deve construir uma imagem de qualidade e integridade, como marca associada às suas funcionalidades, desenvolvendo condições que possibilitem o acesso fácil a estas regiões em termos materiais e imateriais e o incremento da formação, em domínios estratégicos. As carências e debilidades económicas e sociais destes territórios

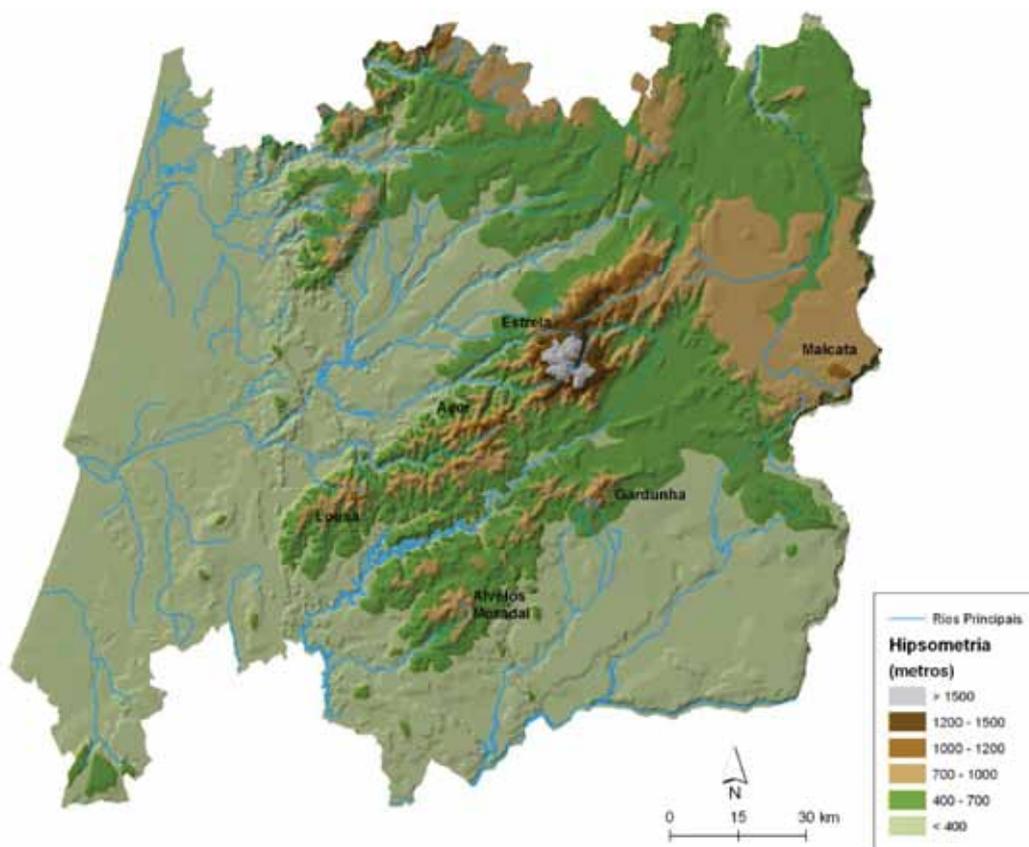
devem ser atenuadas através de atividades que valorizem as especificidades e riquezas locais de forma sustentável, potenciando o sistema agro-silvo-pastoril, apostando na sua qualidade, certificação e denominação de origem, fortalecendo as atividades de turismo, recreio e lazer, incrementado a oferta hoteleira e equipamentos que alarguem ao longo do ano os atrativos da região e apostando na qualificação dos recursos humanos.

### 3 FLUXOS TURÍSTICOS E PRÁTICAS DE GESTÃO NAS SERRAS DA CORDILHEIRA CENTRAL

O turismo é na atualidade reconhecido como elemento estratégico na dinamização das médias montanhas e sua qualificação, promovendo o incremento do bem-estar das suas comunidades, que tendem a envolver-se na sua promoção. O seu crescimento e difusão espacial é um fenómeno marcante das sociedades contemporâneas, tendo as áreas de montanha registado um assinalável aumento pela diversidade de interesses que encerram. Nos últimos anos as serras da Cordilheira Central têm registado um crescente aproveitamento em termos turísticos, em virtude do seu património natural e histórico-cultural,

traduzido no incremento do número de turistas e no aumento do investimento no setor (FERNANDES, 2008). Contudo, esta evolução tem estado condicionada pela falta de promoção, informação e melhoria das infraestruturas e equipamentos locais, bem como a sua animação, embora se registem apreciáveis melhorias.

Há a assinalar, por um lado, a crescente sensibilização para a exploração do turismo rural, desportivo, cultural e de saúde, aproveitando os recursos existentes e fomentando novas iniciativas de investimento, particularmente na oferta hoteleira, equipamentos e serviços, que permitem a efetivação de atividades de turismo e lazer. Pode afirmar-se que se passou progressivamente de uma atividade explorada de forma incipiente, para um desenvolvimento crescente do setor, com algum planeamento e organização da oferta, que procura atrair segmentos distintos de turismo ao longo do ano e rentabilizar ou refuncionalizar os equipamentos em expansão. Os argumentos que fundamentam a importância atribuída ao turismo assentam em três vetores principais: o recuo e desarticulação do sistema económico tradicional da região; o aumento da procura turística, com motivações diversas, associadas às características eco-culturais e os apoios e financiamentos ao setor, por via de programas comunitários e nacionais.



**Figura 2** – As principais serras da Cordilheira Central  
**Fonte:** Do autor, 2013.

Face à diversidade de recursos turísticos, à tendência crescente do reencontro com a natureza, à valorização das tradições e costumes e à (re)descoberta dos vestígios do passado, a cordilheira apresenta um dinamismo turístico apreciável, cujas orientações e esforços vão no sentido do seu alargamento, alcançando as várias serras da região e englobando as mais diversas práticas e recursos. A localização fronteiriça é, em si, um fundamento para o incremento do turismo internacional.

As características ecoculturais das serras da Cordilheira Central propiciam a diversificação das formas de turismo, destacando-se o de aventura, de contemplação, desportivo, etnográfico, ecológico ou ambiental, científico e rural. A nível espacial, a Cordilheira (Fig. 2) integra um conjunto de 28 concelhos que se podem agrupar pela sua posição, características físicas e económicas em quatro unidades distintas correspondentes à serra da **Malcata** (Almeida, Sabugal e Penamacor), **Estrela** (Fornos de Algodres, Gouveia e Seia, Celorico da Beira, Guarda, Manteigas, Belmonte, Covilhã e Pinhel), **Gardunha, Alvelos e Moradal** (Fundão, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei) e **Lousã e Açor** (Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Penela).

Do ponto de vista económico, os benefícios esperados são o aumento do emprego para os residentes locais, o acréscimo das receitas das atividades relacionadas com o turismo, o estímulo ao aparecimento de novas empresas turísticas, diversificando a economia local, o encorajamento à produção de bens e produtos locais, a melhoria da oferta de serviços e equipamentos. Os benefícios do turismo podem também melhorar os padrões de vida locais relacionados com o bem-estar, apoiar a educação ambiental para visitantes e locais, encorajar a valorização da cultura. Todas as vantagens proporcionadas, diretas e indiretas, permitem avaliar a validade da atividade turística enquanto fator de desenvolvimento local e regional. Neste sentido, e face à complexidade de interesses dos agentes intervenientes sobre estes territórios, é imperioso articular esforços e construir um modelo turístico sustentado que potencie a valorização dos recursos, o bem-estar das comunidades e o fomento das atividades económicas. Consta-se que o planeamento do turismo em espaços de montanha tem sido orientado com base em critérios de limitação, mais do que impulso, em especial quando inseridos em área de proteção (Parques, Reservas...). A importância das serras como espaços vocacionados para o turismo

está pouco desenvolvida, ficando a sua ação limitada aos critérios de proteção ambiental e paisagística, regulamentados pelas entidades responsáveis pela sua administração e ordenamento, nomeadamente através dos PDM's ou dos planos de ordenamento quando classificadas como áreas protegidas. Neste sentido, pode afirmar-se que Portugal não dispõe de uma política de turismo de montanha, mas apenas orientações de ordem técnica que equacionam o turismo como forma de dinamização e incremento económico e social destes espaços.

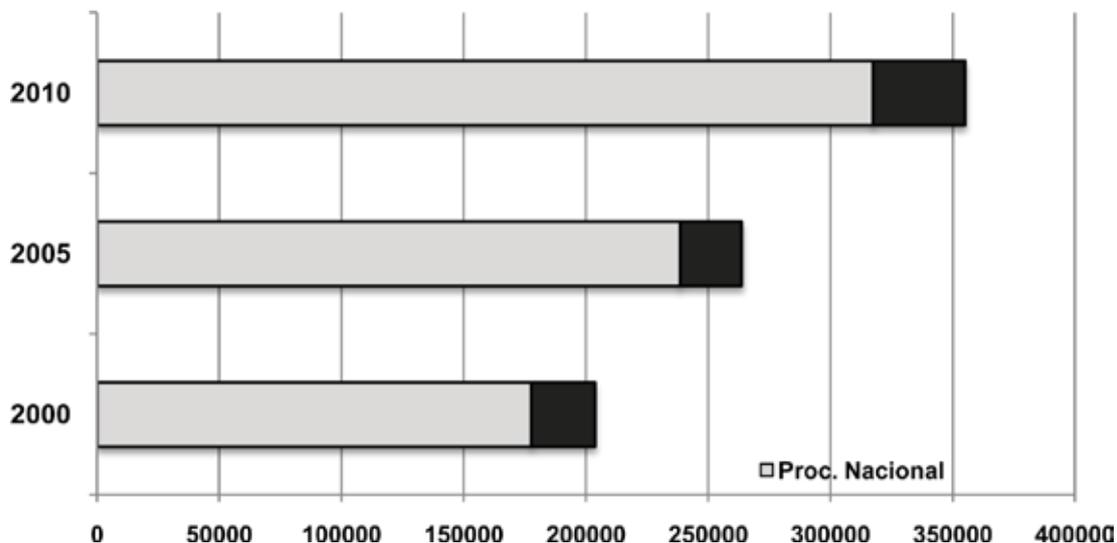
Reconhecendo as debilidades das áreas de montanha e a sua crescente procura, em virtude das “novas” atividades e motivações, é necessário estabelecer orientações específicas de intervenção e desenvolvimento do turismo de forma responsável<sup>3</sup>. Assim, urge criar linhas programáticas de ordenamento e gestão do território de montanha, que se articulem com as diversas propostas dos espaços administrativos que integram, dos planos setoriais vigentes e das indicações comunitárias, constituindo bases estratégicas para a regulamentação da atividade e para a sua expansão em harmonia com o meio que lhe serve de suporte. As tendências atuais de apoio e promoção do turismo em espaço rural, com linhas de crédito específicos e programas comunitários de apoio, estão a induzir uma valorização crescente destes espaços e do seu património. Os argumentos que fundamentam a importância atribuída ao turismo assentam nos seguintes aspectos:

- O recuo e desarticulação do sistema económico tradicional;
- O aumento da procura turística, com motivações diversas, associada às características ecoculturais;
- A valorização dos espaços de grande integridade ecocultural para as atividades de turismo e lazer;
- A valorização do património pelas comunidades locais e sua integração no turismo;
- A recuperação de imóveis e o surgimento de novas unidades para fins turísticos, alargando a oferta hoteleira;
- O surgimento de organizações que valorizam os recursos locais e promovem o desenvolvimento do turismo.

<sup>3</sup> Neste sentido é preciso referir os interesses antagónicos que estão em jogo nestes locais, nos quais normalmente o ambiente sai a perder, face ao poder que os benefícios económicos acarretam.

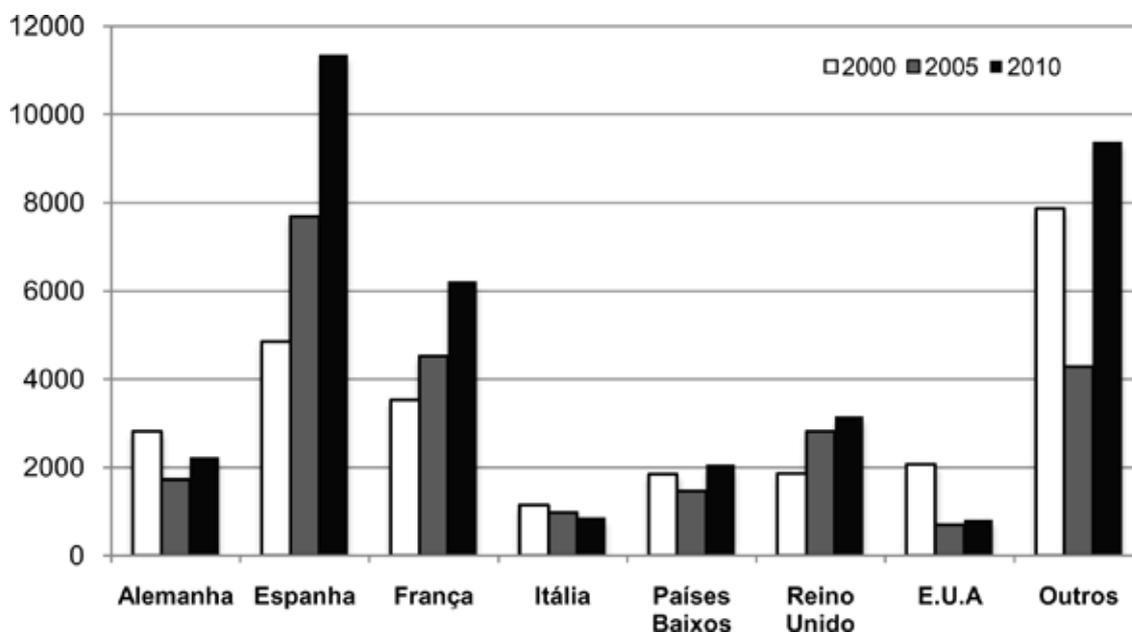
A procura turística registada nos 28 concelhos integrantes da Cordilheira central alcançou em 2010 um valor superior a 355 mil hóspedes (Fig. 3), verificando-se a hegemonia do mercado nacional que atinge neste ano cerca de 89,4% do total da procura (valor que representa uma tendência ao longo do período estudado: 90,4% em 2005 e 87,2% em 2000). O acréscimo verificado é resultado do alargamento da oferta e das acessibilidades aos diversos produtos que

este território vai apresentando ao longo do ano, bem como de uma contabilização mais efetiva por via do registo das unidades hoteleiras em funcionamento. Assinale-se que esta região montanhosa registou ao longo desta década um aumento de 74% da procura turística global, o que correspondeu a mais 151376 turistas entre 2000 e 2010, cabendo ao mercado nacional 78,6% do acréscimo registado, o correspondente a um fluxo de mais de 139687 turistas.



**Figura 3** – Repartição dos hóspedes nacionais e internacionais na Cordilheira central em 2000, 2005 e 2010

**Fonte:** INE, Anuários Regionais. Elaboração própria



**Figura 4** – Evolução dos mercados turísticos (hóspedes) internacionais na Cordilheira Central em 2000, 2005 e 2010

**Fonte:** INE, Anuários Regionais. Elaboração própria

Ao nível da procura internacional, são os mercados de Espanha e França os mais representativos e com ritmos de crescimento mais significativos, verificando-se, em simultâneo, um alargamento dos

países de origem dos turistas que visitam a região. A proximidade geográfica e o posicionamento interior incrementam a atratividade destes mercados, traduzindo-se tendencialmente em estadas médias

curtas (Figura 4). Assinale-se que os mercados Alemão e Países Baixos se mantêm estáveis e o mercado italiano apresenta uma tendência de recuo. As características ecoculturais das serras da Cordilheira Central propiciam a diversificação das formas e práticas de turismo e lazer, destacando-se o de aventura, de contemplação, desportivo, cinegético, etnográfico, ecológico ou ambiental, científico e rural.

As orientações e estratégias de ordenamento devem propiciar a articulação das condições físicas ou naturais com as atividades econômicas, que representam quadros de vida próprios e a sustentação equilibrada e multifuncional do espaço<sup>4</sup>. A rede de infraestruturas e equipamentos deve ser articulada em função da organização do povoamento, otimizando os investimentos, garantindo a qualidade ambiental e promovendo o aumento dos níveis de bem-estar das comunidades locais. Os centros urbanos deverão ser reforçados como polos estruturantes da Cordilheira, criando-se redes de articulação com as áreas de menor densidade que possibilitem a equidade territorial e concentração dos investimentos. Serafim (2005) refere que, para além da diversidade da paisagem, da arquitetura, das práticas e conhecimento tradicionais, há também a variedade dos modos de vida, pelo que é fundamental incentivar o uso diversificado da

montanha e a manutenção da herança cultural, social e econômica, através de estímulos que permitam a presença e fixação do homem, alertando que o despovoamento das serras e montes representa um preço elevado e com custos acrescidos para o futuro do planeta.

O modelo de ordenamento a implementar no turismo deve promover a participação e articulação efetiva dos agentes que intervêm, dinamizam e regulamentam a atividade, incrementando a qualidade dos equipamentos hoteleiros e das infraestruturas de apoio, a melhoria das acessibilidades e das informações, o incremento da animação nos seus mais diversos domínios, a sua promoção no país e exterior e a gestão rigorosa do ambiente com as atividades de desporto e lazer. O conjunto de intervenções projetadas nos municípios pode agrupar-se em sete objetivos estratégicos que se repercutem sobre a atividade turística e as lógicas do seu ordenamento, procurando o incremento da coesão territorial, o acréscimo de bem-estar das comunidades locais e o fomento dos diversos recursos da montanha, para novos usos e funções que potenciem a capacidade de atração destes espaços, nos quais o turismo surge como fator de alavancagem (Quadro 1).

**Quadro 1** – Objetivos estratégicos e projetos para a gestão territorial da Cordilheira Central

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS
Valorizar e proteger os recursos e as funções naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de medidas de proteção aos espaços naturais, estabelecendo zonamentos e respectivos usos, em função da sua vocação</li> <li>• Elaboração de planos de pormenor para as áreas de maior pressão turística</li> <li>• Promover a construção de barragens potenciando as funções energéticas, agrícola, recreativa e o combate a incêndios</li> </ul>
Ordenar e gerir os espaços florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomenta da florestação com espécies endógenas, valorizando as paisagens, os ecossistemas e atividades econômicas relacionadas com a fileira agro-florestal e turística</li> <li>• Recuperação dos caminhos florestais, promovendo as atividades agro-pastoris, o turismo e controlando a propagação de fogos</li> </ul>
Promover as atividades de turismo valorizando o património	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamentação específica para o uso das barragens e rios como recurso lúdico-desportivo</li> <li>• Roteiros temáticos e equipamentos de apoio ao turismo de natureza</li> <li>• Incentivos aos investimentos turísticos nos aglomerados rurais e urbanos, promovendo a recuperação de imóveis, a dinamização das atividades de comércio e serviços e a valorização do património (Implica restrições de ocupação das áreas agro-pastoris e naturais)</li> <li>• Regulamentação da arquitetura dos imóveis turísticos e dos equipamentos de lazer</li> <li>• Criação de um observatório do turismo (integrando centros de I&amp;D, autarquias, hoteleiros e Região de turismo) que avalie os impactos no território</li> </ul>

continua

<sup>4</sup> Face à avaliação das suas características e à importância territorial, em termos dos recursos e funções que alberga, a promoção do seu desenvolvimento é um desafio para as entidades administrativas, nacionais e internacionais, o que tem contribuído para a definição de orientações e programas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS
Permeabilizar os territórios	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Melhoria da acessibilidade intrarregional na perspectiva do reforço da coesão territorial, obviando os efeitos de periferização/marginalização territorial</li> <li>•Assegurar as ligações intrarregionais no sentido de reforçar a equidade territorial, melhorar as acessibilidades rodoviárias municipais a partir dos principais aglomerados urbanos</li> <li>•Ligação entre os setores SO e NO do Maciço central, tornando eficientes as ligações entre as sedes de concelho (favorecimento da alternativa túneis)</li> <li>•Articulação dos pequenos aglomerados de montanha em transportes e serviços públicos</li> <li>•Promoção do dinamismo emergente nas pequenas vilas melhor posicionadas relativamente aos eixos de comunicação, como favorecimento de sua articulação com as principais cidades</li> <li>•Criação de zonas específicas de estacionamento, com zonas de lazer no acesso ao maciço central</li> </ul>
Requalificar os aglomerados populacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Definição de eixos de povoamento/edificação a privilegiar em função da sua localização e dinamismo sócio-económico</li> <li>•Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial)</li> <li>•Reforço das funções urbanas das sedes de concelho como centros organizadores do território, apostando em soluções inovadoras com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação</li> <li>•Fortalecimento dos núcleos de maior concentração populacional como polos de dinamização da montanha (<i>eixos de penetração</i> – a partir dos principais aglomerados e <i>eixos transversais de conexão</i> – entre as freguesias)</li> <li>•Reconversão de equipamentos desativados e/ou sub-utilizados a novas funções, especialmente associados ao turismo, serviços culturais e comércio</li> <li>•Fomento do acesso aos serviços de saúde e de apoio ao idoso com carácter móvel</li> <li>•Melhoria da sinalética referente aos aglomerados populacionais, equipamentos e serviços</li> </ul>
Fomentar a participação das comunidades locais nas estratégias de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Fomento à participação da população nos processos de planeamento e gestão territorial, através da criação de um fórum permanente</li> <li>•Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre a valorização do património e das produções tradicionais</li> <li>•Organização de redes de equipamentos de âmbito supramunicipal numa lógica de complementaridade, de especialização e de funcionamento concertado</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado de Fernandes (2011).

As funções a desempenhar pelos espaços de montanha, numa ótica de desenvolvimento turístico sustentado, foram estabelecidas com base em três níveis genéricos de apreciação, isto é, ambiental, económico e social. Em termos ambientais, as orientações apontam para a preservação dos recursos naturais e sua valorização, existindo a convicção generalizada da importância da conservação dos ecossistemas naturais e da biodiversidade. A preocupação pela proteção dos recursos hídricos, intrínseca à sua valia estratégica, constituiu um dos aspectos citados por mais de 30% das autarquias, que dão também significado à manutenção dos habitats naturais e à preservação das paisagens como referências eco-culturais. Em termos económicos, verificam-se duas tendências: uma orientada para o aproveitamento turístico destes espaços, com base nos seus recursos naturais e patrimoniais, mas num quadro de sustentabilidade ambiental, atendendo à fragilidade ecológica e económica destas serras, privilegiando as formas de turismo de natureza, eco-turismo e turismo

rural; outra apoiada na exploração das produções locais, valorizadas por uma denominação de origem ou rótulo ecológico, que potencie a imagem de integridade e pureza associada a estes territórios. São percebidos como espaços privilegiados para o fomento das atividades turísticas e fomento de inovação associadas às produções locais, desenvolvimento de atividades de turismo ambiental desportivo, saúde e cultural, promoção de bens tradicionais de elevado valor acrescentado e agricultura biológica.

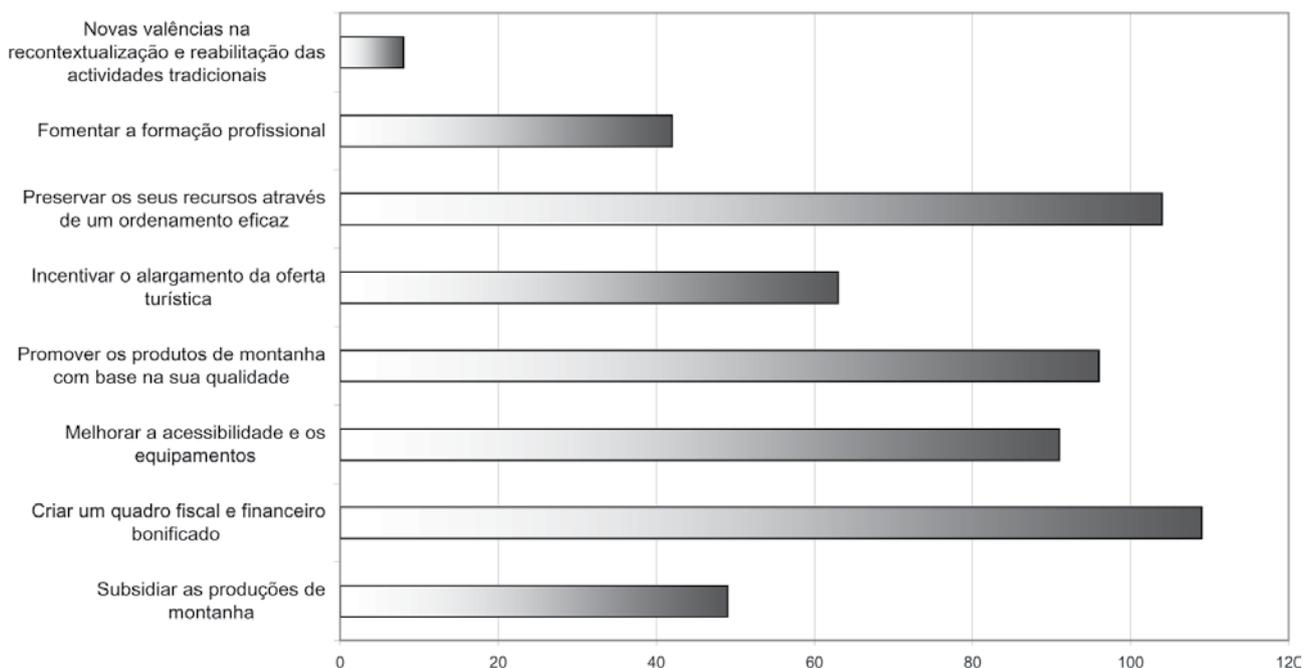
Por último, ao nível social, as preocupações são no sentido do reequilíbrio demográfico, pela fixação de população, promoção do património e atividades tradicionais, coesão territorial e ocupação racional, preservando a identidade e as referências naturais. Neste sentido, a percepção da grande qualidade ambiental da montanha deve ser potenciada em termos da divulgação e valorização eco-cultural, promovendo a sua ocupação equilibrada e em articulação com as comunidades locais e exógenas. A sua promoção social

deve sustentar-se na sua qualidade, de modo a potenciar as funções relativas ao ócio, ao lazer, à cultural e à fixação de residência.

Em termos gerais, destacam-se, para uma política sustentável de ordenamento turístico, as funções relativas à preservação e valorização dos recursos naturais, à reserva estratégica de água e biodiversidade, à promoção das produções locais, pela sua qualidade e referência territorial, ao desenvolvimento de equipamentos para atividades de desporto e lazer, alargamento e qualificação da oferta hoteleira, fixação da população e a dotação de equipamentos e serviços, no sentido de uma maior coesão territorial e ocupação ordenada.

As estratégias e ações a serem implementadas, de modo a estabelecer condições de desenvolvimento local e promoção do turismo, apontam para a preservação dos recursos e produtos locais, o estímulo ao investimento e a definição de instrumentos de ordenamento específicos (Figura 5). Assim, destacam-

se como prioritárias as intervenções que promovam a criação de um quadro fiscal e financeiro bonificado para os territórios de montanha, no sentido de potenciar a fixação de investimento e população, a par da preservação dos recursos ecoculturais, através de instrumentos de ordenamento eficazes, que procurem uma ocupação equilibrada destes espaços cuja fragilidade natural e social implica um compromisso de sustentação das atividades e usos a estabelecer. Nesta abordagem as atividades relacionadas com o turismo, quer com relação direta, quer complementar, são potenciadas promovendo maior capacidade empregadora à região e empreendedorismo. Na terceira e quarta posição surge a promoção dos produtos da montanha com base na sua qualidade e a melhoria da acessibilidade e equipamentos sociais, o que revela isolamento e déficit de serviços de apoio à população, os quais têm comprometido a fixação de população e promoção das atividades produtivas.



**Figura 5** – Estratégias para o desenvolvimento das Serras da Cordilheira Central

**Fonte:** INE, Anuários Regionais. Elaboração própria

O incentivo ao alargamento da oferta hoteleira surge em quinta posição, reconhecendo a necessidade de um alargamento e qualificação da oferta hoteleira, que simultaneamente se enquadra na dimensão paisagística da montanha. As possibilidades de subsidiar as produções de montanha e o fomento da formação profissional surgem como importantes estratégias para a revitalização destes destinos, assim como o aparecimento de novas valências na recontextualização e reabilitação

das atividades tradicionais, no sentido de valorizar as produções e as associar a usos e funções para as quais não estavam vocacionadas, nomeadamente na sua incorporação em experiências turísticas, que permitam o envolvimento dos visitantes nas práticas e nos modos de vida que representam estes territórios.

## 4 CONCLUSÕES

O turismo assume crescente significado na apropriação, nas formas de uso e nos investimentos das regiões de montanha, sendo percebido como atividade dinâmica e polarizadora de riqueza para as serras da Cordilheira e sobretudo para a Serra da Estrela, através de uma identidade territorial reconhecida. A sua evolução depende do modelo de desenvolvimento a implementar, implicando, necessariamente, a integração dos diversos investidores de forma sustentada com as especificidades territoriais. O atual interesse pelas áreas de montanha está relacionado com a fragilidade e com os recursos naturais e culturais presentes, bem como com a reconversão e a reorientação funcional que procura ultrapassar a crise social, econômica e territorial que evidenciam. As atividades turísticas revelam-se como as mais dinâmicas na apropriação destes espaços e na estrutura econômica destas regiões, fomentando o surgimento de serviços relacionados com a restauração, atividades desportivas e de lazer. A valorização e divulgação do património, a recuperação de imóveis e tradições, o fomento dos produtos provenientes da agricultura e pastorícia, o interesse por práticas desportivas associadas aos recursos hídricos e floresta e a tranquilidade e pureza associada incrementam o potencial de procura destes destinos no contexto nacional e internacional. No entanto, registam problemas estratégicos de gestão, que resultam da sua não eficiente valorização e promoção pelas estruturas administrativas locais. Torna-se necessário o desenvolvimento de iniciativas que deem a conhecer as diversas potencialidades das regiões de montanha, promovam o seu espaço, a sua cultura e economia, reclamem um modelo de desenvolvimento específico, nos quais o turismo encontra condições favoráveis à sua expansão e manutenção das comunidades e modos de vida locais. Saliente-se a necessidade de articulação em rede dos diversos operadores, potenciando experiências e complementando as características das particularidades dos destinos, permitindo uma oferta qualificada, rica em experiências e de maior duração.

## REFERÊNCIAS

ABREU; PIDAL, J.M. de. *Ordenación de áreas de montaña*, in *La Comunidad Europea y La Conservación de la Naturaleza*. Universidad Complutense. Madrid. Instituto Nacional para la Conservación de la Naturaleza, 1990. p. 130-140.

AEM. *Appel à la Convention Européenne pour un objectif de cohésion territoriale dans le futur traité constitutionnel*. Bruxelles: AEM, 2003.

BALLART HERNÁNDEZ, J. B; TRESSERRAS, J. *Gestión del Patrimonio Cultural*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

BARAHONA, E., GARRIDO, J. (1989), *La política comunitaria de espacios naturales: el patrimonio natural europeo y universal*. Madrid: Supervivencia de los Espacios Naturales, Ministerio de Agricultura, Pesca e Alimentación, 1989, p. 883-895.

BARRUET, J. *Politique de la montagne. L'enjeu européen et transfrontalier*, in BARRUET, J. (Coord). Grenoble: Montagne laboratoire de la diversité, CEMAGREF, 1995. p. 227-238.

CABERO DIEGUEZ, V. *Los espacios naturales protegidos: el dilema entre la conservación y el desarrollo local*, in *Dinamismos Sócio-Económicos e (Re)Organização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*. Coimbra: IEG/FLUC, 1996. p. 501-510.

CARVALHO, P. *Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra, 2005.

CAVACO, C. *Especificidade da montanha exige maior comprometimento*. *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de montanha* –, II série, nº 28, p.2. Lisboa: Idrha, 2005.

COMISSÃO EUROPEIA *Mountain Areas in Europe: Analysis of mountain areas in EU member states, acceding and other European countries – Final report*. Bruxelles, 2004.

COMMISSION EUROPÉENNE., *Les Politiques Communautaires et la Montagne*. Bruxelles: C.E., 2002.

COMITÉ ECONÓMICO Y SOCIAL, *El futuro de las zonas de montaña en la Unión Europea*. Bruselas: CES (2003/C61/19).

CUNHA, L. *A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local*. In CAETANO, L. (Coord.), *Território, Ambiente e Trajetórias de Desenvolvimento*, Centro de Estudos Geográficos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003.

- DEBARBIEUX, B. *Tourisme e montagne*. Paris: Economica, 1995.
- FAO. Año Internacional de las Montañas. *Servicio de publicaciones y Multimedia de la Dirección de Información de la FAO*. Roma, 2002.
- FERNANDES, G.P. Evolução e Significado do Extremo Ocidental da Cordilheira Central, como Espaço de Articulação Histórico, Sócio-Económico e Ambiental, *Actas Do 1º Congresso de Estudos Rurais* (formato electrónica), SPER, UTAD, Vila Real., 2001.
- FERNANDES, G. Dinâmicas e transformações nas serras da Cordilheira Ibérica: da (des)articulação produtiva à (re)valorização ecocultural. In JACINTO, R e BENTO, V. (Coord.), *Territórios e Culturas Ibéricas*, p. 60-74. Porto: Campo das Letras, 2005.
- FERNANDES, G. *Dinâmicas Territoriais e Políticas de Ordenamento em Espaços de Montanha*. O exemplo do sector oeste da Cordilheira Central, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.
- FERNANDES, G. e RODRIGUES, E. Dinâmicas de Desenvolvimento Turístico em Territórios de Montanha. Políticas de gestão e fluxos para as serras da Cordilheira Central. In *Atas/Proceedings do II Congresso Internacional de Turismo*. Barcelos, outubro de 2011. pp 369-383.
- FERNANDES, G. O turismo como factor de desenvolvimento e sustentabilidade da Serra da Estrela: perspectivas e reflexões. In FERNANDES, G., SARDO, A. E MELO, A. (Coord) – *Innovation in Tourism and Hospitality/Inovação em Turismo e Hotelaria*. Coleção Politécnica. Guarda: Editora IPG, 2011.
- FUSTER, M. Aproximación a la comparacion de los modelos de gestión de los espacios naturales protegidos en áreas transfronteriza: la raya hispano-lusa, *Cuadernos de Ordenacion del Territorio*, nº 2, p. 50-60 Cáceres: Fundicot, 1998.
- GASKELL, F. Áreas de montanha têm vantagem no mercado global, *Jornal Pessoas e Lugares – Territórios de montanha* –, II série, nº 28, p.4-5. Lisboa: Idrha, 2005.
- INIESTA, M. La gestion del patrimonio etnológico en Catalunya. *Cuadernos de Antropología*, nº 4, p. 62-84. Barcelona: Universidad de Catalunya, 1990.
- MESSERLI, B. e PRICE, M.F. “Promoción del desarrollo sostenible de las zonas de montaña: de Río al Año Internacional de las montañas y más adelante”, *Revista Unasylya*, nº 208, Vol. 53, p. 6-18. Roma: FAO, 2002.
- MISHRA, H. R. Montañas del mundo en desarrollo: Bolsas de pobreza o pináculos de prosperidad, *Revista Unasylya*, nº 208, vol. 53, p. 18-24, FAO: Roma, 2002.
- MURARI RAJ SHARMA., 2002 International year of Mountains, *Unasylya*, nº 208, p. 2-3, FAO, Roma.
- PERLIS, A. 2002 international year of Mountains. *Unasylya*, nº 208. Roma: FAO, 2002.

Recebido em 18 de outubro de 2012.

Aprovado, em sua versão final, em 20 de outubro de 2012.